

PROBIO II

Missão

“Promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania”.

Promoção da Saúde

- É compreendida como estratégia de articulação transversal, à qual incorpora outros fatores que colocam a saúde da população em risco trazendo à tona as diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no país. Visa criar mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam a equidade e incorporem a participação e o controle social na gestão das políticas públicas.

Vigilância em Saúde

- a vigilância e controle das doenças transmissíveis; a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis;
- vigilância da situação de saúde,
- vigilância ambiental em saúde; vigilância da saúde do trabalhador;
- vigilância sanitária.

PROBIO II /MS

No Ministério da Saúde o projeto está sob a Coordenação do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador/Secretaria de Vigilância em Saúde. Envolve ações de outras Unidades da SVS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária /ANVISA.

Atua em ação conjunta com a FIOCRUZ/MS.

Quadro demonstrativo dos Projetos do Ministério da Saúde – PROBIO II

| <i>Componentes</i> | <i>Sub-componentes</i> | <i>Projetos</i> |
|---|--|--|
| 1. Integração e priorização da biodiversidade | 1.2. Ações setoriais com incorporação de biodiversidade em âmbito nacional | 1.2.6.1. Vigilância em Saúde (Epidemiológica e Ambiental) |
| | | 1.2.6.2. Vigilância Sanitária |
| 3. Fortalecimento institucional e geração de informação sobre biodiversidade para formulação de políticas | 3.1. Fortalecimento institucional | 3.1.6.1. Fortalecimento do Programa de Biodiversidade e Saúde – Saúde ambiental |
| | | 3.1.6.2. Capacitação e educação continuada em saúde, subsidiando a vigilância laboratorial de enfermidades emergentes, reemergentes e ambientais |

Projetos para 2010

Componente 1

Projeto: Vigilância em Saúde (Ambiental e epidemiológica)

- Sub-projeto: Implementação da vigilância em saúde de enfermidades emergentes, reemergentes e ambientais;

Atividades propostas:

- *Elaboração da Cartilha e Implementação do componente biodiversidade nos modelos de atuação da Vigilância Ambiental em Saúde;*
- *Capacitação de Técnicos em Biodiversidade (cianobactérias e cianotoxinas)*

Projeto: Vigilância em Saúde (Ambiental e epidemiológica)

Sub-Projetos:

- Implementação do componente biodiversidade nos modelos de atuação da vigilância ambiental em saúde.

Atividades propostas:

- Adaptação dos modelos de Vigilância em Saúde Ambiental e apoio técnico-administrativo ao planejamento, execução e acompanhamento.

Projeto Vigilância Sanitária

Sub-Projeto: Monitoramento nos principais portos, aeroportos e fronteiras de microorganismos exóticos invasores que afetam a saúde da população e meio ambiente.

Atividades:

- Estudo de determinados vírus e bactérias patogênicas presentes em água portuária, água de lastro e efluentes do sistema de tratamento de dejetos de embarcações em portos brasileiros.

Projeto Vigilância Sanitária

- Sub-Projeto: Facilitação de registro e fortalecimento de pesquisas com plantas nativas brasileiras.

Atividade proposta:

- Desenvolver pesquisa sobre plantas medicinais prioritárias para o Sistema Único de Saúde.

Avanços

Avanços

- Iniciativas , participação e articulação de ações que envolvem estudos sobre as práticas correlacionados à biodiversidade e saúde;
 - Desenvolvimento de Metodologia sobre Avaliação de Impactos à saúde;
 - Participação de ações de saúde no Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.
 - Participação no Comitê de Acompanhamento de ações do Programa de Saúde Pública das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau no Rio Madeira/Rondônia;
 - Participação nos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingú /PA;

Avanços(cont.)

- Plano de desenvolvimento regional sustentável do meio Norte - PDRST nos estados do MA,PI,CE.
- Orientações técnicas sobre as ações de saúde a serem exigidas pelo IBAMA/MMA, por ocasião do licenciamento ambiental de empreendimentos;
- Oficinas de Planejamento com profissionais do DSAST para mapeamento e discussão sobre o campo de atuação e suas práticas relacionadas aos temas de desenvolvimento sustentável;biodiversidade, dentre outros;
- Cidades Saudáveis – realização do II Encontro Nacional das Redes de Cidades, Metrópoles e Comunidades Saudáveis; II Seminário Nacional de Promoção à Saúde, com a realização de Oficinas de Desenvolvimento Sustentável;



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE **SAÚDE AMBIENTAL** Saúde e Ambiente,
vamos cuidar da gente.

O que é uma Conferência?

Uma Conferência é um processo no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates locais, escolhem representantes que levam adiante as idéias que tenham a concordância de todos.



1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental

Justificativa

Atentas às necessidades de que o estado e a sociedade brasileiros devem aprimorar a capacidade de organização e resposta frente às vulnerabilidades entre a saúde e o meio ambiente a 13ª Conferência Nacional de Saúde, a 3ª Conferência Nacional das Cidades e a III Conferência Nacional de Meio Ambiente deliberaram sobre a necessidade de realização da 1ª CNSA.



1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental – 1ª CNSA

- A 1ª CNSA, foi convocada por meio do Decreto Presidencial de 14 de maio de 2009, sob o lema “Saúde e Ambiente:vamos cuidar da gente” e o tema “ A saúde ambiental na cidade,no campo e na floresta:construindo cidadania,qualidade de vida e territórios sustentáveis”.
- Objetivo Geral – definir diretrizes para as políticas públicas integradas no campo da saúde ambiental, a partir da atuação transversal e intersetorial dos diversos atores envolvidos com o tema.



Objetivos da 1ª CNSA

- definir diretrizes para a política pública integrada de saúde ambiental;
- promover e ampliar a consciência sanitária, política e ambiental da população sobre os determinantes socioambientais;
- promover o debate social sobre as relações de saúde, ambiente e desenvolvimento;
- identificar na sociedade civil as experiências positivas realizadas territorialmente de forma participativo, os problemas referentes ao binômio saúde-ambiente e as demandas da sociedade para o poder público;



Objetivos da 1ª CNSA

- promover o exercício da cidadania e a garantia do direito à saúde junto ao poder público;
- sensibilizar as populações para que constituam instâncias colegiadas que tratem de temas relacionados à saúde ambiental;
- indicar prioridades para a atuação do Estado, no desenvolvimento de programas e ações intra e intersetoriais, como eixo central para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental.



Fase Preparatória

1ª CNSA

Seminários Temáticos



Seminários dos Povos das Florestas – Belém

Seminários dos Povos dos Campos – Cuiabá

Seminários dos Povos das Cidades – Guarulhos

**Carta dos Povos da Cidade, do Campo e das
Florestas: Em Defesa de uma Política
Nacional de Saúde Ambiental!**



1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental – 1ª CNSA

Etapas e datas

Conferências municipais

Até 15 de setembro de 2009

Conferências estaduais e do Distrito Federal

Até 15 de novembro de 2009

Etapa Nacional

9 a 12 de dezembro

Brasília - DF



1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental

Lema

Saúde e Ambiente: *vamos cuidar da gente!*

Tema

A Saúde Ambiental na **cidade**, no **campo** e na
floresta:

Construindo cidadania, qualidade de vida e
territórios sustentáveis



1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental

Eixos Temáticos



Eixo 1 - Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na floresta

- ✓ A partir do debate deste eixo foram **diagnosticados** os potenciais problemas atuais e futuros dos grupos populacionais e dos ambientes vulneráveis relacionados à saúde ambiental.



Eixo 2 - Trabalho, ambiente e saúde: desafios dos processos de produção e consumo nos territórios

- ✓ Foram levantados os principais processos de produção e consumo que ocorrem no território e quais os **impactos** destes processos no meio ambiente e saúde.
- ✓ Entende-se como território um espaço vivo, geograficamente delimitado e ocupado por uma população com identidades comuns, sejam culturais, sociais e ambientais.



Eixo 3 - Democracia, saúde, ambiente e educação: políticas para construção de territórios sustentáveis

Finalidade do debate:

- Levantamento de **diretrizes e ações estratégicas** que asseguram o enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais visando a sustentabilidade da saúde ambiental em seu território;

O debate deste Eixo foi baseado:

- *no diagnóstico realizado nas discussões do Eixo 1*
- *nos processos e impactos identificados nas discussões do Eixo 2*



Resultados da 1ª CNSA

- De Junho a dezembro de 2009 foram realizados:
 - 322 Conferências Municipais
 - 155 Conferências Regionais ou Micro Regionais
 - 26 Conferências Estaduais e do DF
 - Mobilização de cerca de 61.000 pessoas em 1480 Municípios.



Diretrizes e Ações Estratégicas



Diretrizes e Ações Estratégicas

Diretriz, no âmbito desta Conferência, é entendida como um conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo uma política que remetam à Saúde Ambiental. Uma diretriz aponta para o futuro, norteando as ações a serem realizadas.

Ações Estratégicas, no âmbito desta Conferência, são entendidas como um conjunto de ações de curto, médio ou longo prazo, que conduzam à realização de uma diretriz.



Diretrizes e ações estratégicas sistematizadas

1. Processos Produtivos e Consumo Sustentável – 9 Diretrizes + 39 Ações
2. Infraestrutura – 9 Diretrizes + 43 Ações
3. Articulação Interinstitucional, Ações Integradas e Controle Social – 8 Diretrizes + 43 Ações
4. Territórios Sustentáveis, Planejamento e Gestão Integrados – 15 Diretrizes + 50 Ações
5. Educação, Informação, Comunicação e Produção de Conhecimento – 6 Diretrizes + 25 Ações
6. Marco Regulatório e Fiscalização – 9 Diretrizes + 34 Ações

Total: 56 Diretrizes + 234 Ações Estratégicas



TEMA 1: PROCESSOS PRODUTIVOS E CONSUMO SUSTENTÁVEL

| Diretrizes | Ações Estratégicas |
|---|---|
| <p>9. Mudança no modelo de desenvolvimento econômico de modo a promover a qualidade de vida e a preservação do ambiente, e a saúde desta e das futuras gerações com a proteção da agrobiodiversidade e da biodiversidade urbana e rural, visando à sustentabilidade socioambiental responsável. (401 votos)</p> | <p>9.1 Executar políticas públicas de incentivo à permacultura como método de desenvolvimento urbano e rural, incentivando a utilização de energias limpas, o aproveitamento da água das chuvas, programas de uso múltiplo das águas e combate ao desperdício, o reuso e a reciclagem de materiais, através da utilização de ferramentas de incentivo fiscal e fomento de projetos, tais como destinação prioritária do ICMS ecológico para estes fins e IPTU proporcional ao impacto ambiental e promover políticas de educação e obrigatoriedade da implementação da logística reversa pelas empresas de modo a estimular produção e consumo consciente, minimizando desperdícios, resíduos e esgotamento dos bens ambientais com consequentes problemas ao meio ambiente e à saúde, e a adequação da Lei 8.666, das licitações públicas, obrigando a compra de produtos oriundos de processos produtivos sustentáveis, nas três esferas governamentais</p> <p>9.6 Rever o modelo de produção atual dos projetos de infraestrutura, do setor industrial, agrícola e extrativista mineral, vegetal e animal, garantindo de forma sustentável a geração de renda e qualidade de vida, aumentando o rigor no processo de licenciamento, implantação, avaliação e monitoramento de indústrias e exploração de bens naturais, e com especial atenção aos empreendimentos de grande impacto ambiental e social, fortalecendo modelos de produção que promovam a qualidade de vida, a fim de superar as desigualdades étnicas e socioeconômicas, com o reconhecimento de áreas prestadoras de serviços ambientais.</p> |

TEMA 2: INFRAESTRUTURA

| Diretrizes | Ações Estratégicas |
|---|---|
| <p>9. Elaboração, implantação e implementação de política pública de resíduos sólidos local e/ou regional (industriais, resíduos de serviço de saúde, domésticos e resíduos de construção civil, outros) com gerenciamento integrado, para: coleta seletiva, destinação adequada, implantação de usina de processamento de resíduos sólidos urbanos e rurais, política de combate a acidentes com produtos perigosos, reciclagem, estudo de viabilidade com recuperação dos antigos lixões de modo participativo e com controle social. (382 votos)</p> | <p>9.1 Incentivar a criação, implantação e implementação de consórcios intermunicipais para o tratamento e destinação adequada dos resíduos e implementar programas de gestão integrada de resíduos sólidos com ênfase na diminuição de geração desses resíduos com o apoio dos governos do Distrito Federal, municipal, estadual e federal para implantação de aterros sanitários, centrais de coleta seletiva não terceirizadas -(com geração de emprego e renda na sua comunidade, evitando as conseqüências futuras da marginalidade) e direcionar o RSS (resíduo de serviço de saúde) para local adequado.</p> <p>9.7. Garantir e destinar recursos financeiros para gestão de resíduos com a implantação do plano municipal de saneamento básico e ambiental com fortalecimento da vigilância em saúde ambiental.</p> |



TEMA 3: ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL, AÇÕES INTEGRADAS E CONTROLE SOCIAL

| Diretrizes | Ações Estratégicas |
|---|--|
| <p>7. Estabelecimento de políticas de saúde ambiental nas três esferas de governo, com ações integradas, intra e intersetoriais, e com a participação da comunidade com efetivo controle social para a sustentabilidade socioambiental, para a definição de metas e cumprimento e das diretrizes do Estatuto das Cidades, Plano Diretor, do SUS e da Agenda 21. (398 votos)</p> | <p>7.3. Desenvolver projetos de saúde ambiental garantidos no plano diretor e demais planos de Estado que incorporem ações intra e intersetoriais, enfocando problemas gerais e loco-regionais do SUS, com participação da comunidade por meio da implantação da Agenda 21 em todos os Estados e municípios garantindo os recursos e fluxos orçamentários.</p> <p>7.7. Construir indicadores de impactos relacionados à saúde ambiental e garantia de equipes técnicas concursadas capacitadas para a execução e monitoramento de todos os programas relacionados a assistência e à Vigilância em Saúde Ambiental.</p> |



TEMA 4: TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS, PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADA**Diretrizes**

3. Criação, fortalecimento e ampliação de políticas para o reflorestamento das áreas rurais e urbanas, implantação de banco de sementes e viveiros de mudas de espécies nativas pelos municípios, estados e Distrito Federal priorizando a criação de áreas verdes urbanas, a preservação e recuperação das matas ciliares, considerando o zoneamento de áreas agricultáveis, voltados especialmente para agricultura familiar com incentivos à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos orgânicos valorizando a qualidade final de produtos; integrando saúde, educação, meio ambiente e políticas urbanas, fortalecendo a participação popular e controle social. (297 votos)

Ações Estratégicas

3.1 Intensificar a fiscalização para coibir crimes ambientais, priorizando o código das águas e incentivos econômicos para a manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente, além de monitorar aplicação dos empréstimos rurais para que não sirvam de financiamento de atividades que comprometam a Saúde ambiental

3.2 Fortalecer políticas públicas socioambientais nas associações comunitárias, sindicatos e conselhos, implantando bancos de sementes e viveiros para utilização no reflorestamento das matas ciliares, arborização urbana e criação de hortas comunitárias e escolares, promovendo curso de capacitação para as várias fases do processo.



TEMA 5: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

| Diretrizes | Ações Estratégicas |
|---|--|
| <p>4B. Implantação de Políticas Socioambientais voltadas para as distintas realidades dos biomas e territórios, com ênfase na saúde e prevenção, para efetivação da política de educação ambiental e fortalecimento da temática Saúde Ambiental na educação formal em todos os níveis de ensino, na educação não-formal e sua inserção no Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. (365 votos)</p> | <p>4.1. Viabilizar o repasse de recursos financeiros para a realização de ações socioeducativas com a distribuição de material didático nas escolas, instituições e comunidade em parceria com entidades ligadas ao meio ambiente, saúde, cidades, promovendo e intensificando a política de educação ambiental em todos os níveis de ensino e todos os segmentos da sociedade de forma transversal e multidisciplinar, com defesa das legislações vigentes para a promoção da saúde ambiental.</p> <p>4.2. Identificar o espaço dos educadores e multiplicadores para atuar com o tema de saúde ambiental, em escolas e comunidades</p> |



TEMA 6: MARCO REGULATÓRIO E FISCALIZAÇÃO

| Diretrizes | Ações Estratégicas |
|---|---|
| <p>9. Implantar e implementar, nas três esferas de governo, programas que destinem recursos para a redução da vulnerabilidade social dos povos da cidade, do campo e da floresta sob o risco de sofrer agravo a saúde ambiental, garantindo aplicação dos princípios do direito ambiental e fiscalização sistemática, bem como a ampliação do acesso a justiça. (364 votos)</p> | <p>9.1. Aplicação e fiscalização da legislação vigente, monitoramento das atividades e responsabilização dos empreendimentos que causam impacto ambiental, existentes nos municípios com o objetivo de sensibilizar e minimizar as consequências prevenir, tratar e reparar os danos ambientais e na saúde humana, com atenção integral a saúde do trabalhador com base em protocolos definidos atualizados e validados.</p> <p>9.2. Garantir na elaboração dos planos diretores, planos plurianuais, Leis de diretrizes orçamentárias, Leis orçamentárias anuais, planos Nacional, estaduais e municipais de saúde ambiental a implantação de sistema de dados para gerenciamento ambiental integrado, com controle de execução e avaliação do cumprimento de metas físicas e financeiras.</p> |



Desdobramentos/Perspectivas da 1ª CNSA

Publicações Pós-Conferência



Avaliação da 1ª CNSA

- 10ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional – 7 de abril – Brasília.
- Reunião com as Comissões Organizadoras Estaduais e com as entidades participantes dos Seminários Temáticos – 14 de maio de 2010 no Rio de Janeiro



Fórum Brasileiro de Saúde Ambiental

- Constituição do Fórum Brasileiro de Saúde Ambiental enquanto mecanismo político de seguimento e da participação da sociedade no processo de elaboração da Política Nacional de Saúde Ambiental, tendo como base de referência as diretrizes e ações estratégicas aprovadas na CNSA.



Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

- Reunião com os Ministérios da Saúde, Meio Ambiente; Cidades; Trabalho e Emprego; Educação; Desenvolvimento Agrário; Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria-Geral da Presidência da República
- Objetivo: Inclusão de um programa intersetorial de saúde ambiental, com respectivas ações prioritárias e previsões orçamentárias



Outros

- Identificar mecanismos para acompanhamento dos desdobramentos e das ações de implementação das deliberações da CNSA.



Realização da 1ª CNSA

Conselho Nacional das Cidades

Conselho Nacional de Meio Ambiente

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Conselho Nacional de Saúde

Ministério das Cidades

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Saúde

Coordenação

Comissão Organizadora Nacional



Avanços

- Formação da equipe técnica (mínima) para o desenvolvimento do PROBIO II no âmbito do Ministério da Saúde;
 - Lucely Gonçalves – Coordenação do Probio II/MS
 - Adriana M. Amorim – Consultora Técnica
 - Dilma Menezes – Consultora execução financeira

Gestão Financeira

Total-Planejado x Executado

R\$1,00

| Beneficiário | GEF POA 2009 | GEF TOTAL Exec/Comprom 2009 | % TOTAL |
|--------------|-----------------|--------------------------------------|---------|
| MS | 693.540,00 | 0,00 | 0% |

| Beneficiário | CP POA 2009 | CP- TOTAL Executado 2009 | % TOTAL |
|--------------|----------------|-----------------------------|---------|
| MS | 0,00 | 4.540.000,00 | |

| Beneficiário | TOTAL POA 2009 | TOTAL Executado 2009 | % |
|--------------|-------------------|-------------------------|-------|
| MS | 5.233.540,00 | 4.540.000,00 | 86,75 |

Total-Planejado x Executado

R\$1,00

| Beneficiário | GEF POA 2010 | GEF TOTAL Exec/Comprom 2010 | % TOTAL |
|--------------|-----------------|-----------------------------------|---------|
| MS | 693.540,00 | 321.104,00 | 46,30 |

| Beneficiário | CP 2010 | CP- TOTAL Executado 2010 | % TOTAL |
|--------------|--------------|-----------------------------|---------|
| MS | 1.201.880,00 | 538.800,00 | 44,83 |

| Beneficiário | TOTAL POA 2010 | TOTAL Executado 2010 | % |
|--------------|-------------------|-------------------------|-------|
| MS | 1.895.420,00 | 859.904,00 | 45,37 |

Dificuldades encontradas e soluções propostas

- Morosidade na tramitação de documentos;
- Greve do MMA

- Propõe-se redução no tempo de resposta às documentações enviadas;

Lucely Gonçalves

Lucely.goncalves@saude.gov.br

(61) 3213-8291

Coordenadora do PROBIO II/MS
Departamento de Saúde Ambiental
e Saúde do Trabalhador



Secretaria de
Vigilância em Saúde

Ministério da Saúde Governo Federal

Visite o site da SVS
www.saude.gov.br/svs